

A Agenda Europeia para 2002

Pedro Courela*

Quando a 1 de Janeiro, o Euro começar a circular em 12 países da UE, fica concluído o grande projecto mobilizador da integração europeia na última década, sem que sejam claras quais as prioridades que deverão orientar os líderes europeus nos próximos anos. A Europa vê-se agora a braços com a necessidade de pensar o seu futuro numa União que a médio prazo contará com 27 membros e num mundo que começa a ganhar novos contornos após o 11 de Setembro. A procura de objectivos e soluções adequados vai, portanto, dominar o ano de 2002, ao mesmo tempo que se aprofundam processos anteriormente iniciados.

O debate acerca do futuro da Europa

Com a aprovação no mês passado da chamada Declaração de Laeken, está aberto o caminho para o debate acerca do futuro da Europa que culminará com a Conferência Intergovernamental (CIG) de 2004. Este debate surge da constatação, por parte dos líderes europeus, de que o processo de integração europeia se encontra numa encruzilhada, agora que o processo de introdução da moeda única está finalmente concluído e que o alargamento da União aos candidatos do Centro e Leste europeu é um dado adquirido. Que novos objectivos mobilizadores para a União Europeia? Como responder às expectativas dos cidadãos na era da globalização? Como aumentar a legitimidade democrática do processo de integração europeia?

A Convenção sobre o futuro da UE, presidida pelo antigo presidente francês Valérie Giscard d'Estaing e que contará com sessenta e um membros representando os respectivos

governos, os parlamentos nacionais, o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia, iniciará a sua reflexão acerca destes temas no dia 1 de Março e deverá apresentar as suas conclusões ao Conselho Europeu um ano mais tarde. Em termos mais precisos, e de acordo com o definido em Nice, em Dezembro de 2000, os tópicos centrais sobre os quais a Convenção se deverá debruçar são: o papel dos parlamentos nacionais na construção europeia; a simplificação dos tratados; o estatuto da Carta dos Direitos Fundamentais; a possibilidade de adopção de uma Constituição para a UE e a delimitação das competências das instituições. A agenda da CIG não deverá, contudo, cingir-se a este conjunto de temas. O debate deverá ser o mais abrangente possível e contar igualmente com a contribuição da sociedade civil.

O primado da segurança interna

A necessidade de reforçar a cooperação comunitária para responder a desafios actuais como os fluxos migratórios, o crime organi-

zado ou o terrorismo foi reconhecida pelos líderes da União Europeia bem antes do 11 de Setembro. Em Outubro de 1999, em Tampere, os chefes de Estado e de Governo da UE pediram à Comissão Europeia que elaborasse um quadro de resultados (scoreboard) dos esforços desenvolvidos para criar, ao nível comunitário, uma área de liberdade, segurança e justiça. Os atentados de Nova Iorque e Washington deram, contudo, um forte incentivo à aprovação pelos governos dos Quinze das medidas propostas pela Comissão, como ficou comprovado pelos resultados da recente cimeira de Laeken.

Apenas algumas medidas serão implementadas já em 2002, uma vez que, por exemplo, o mandado de captura europeu – que extingue no espaço comunitário a figura jurídica da extradição e a substitui por um processo de transferência entre Estados-membros – só entrará em vigor a 1 de Janeiro de 2004. Os avanços registados permitirão julgar até que ponto é possível um ponto de equilíbrio entre a garantia e reforço da segurança, por um lado, e a protecção

* IEEI



Javier Solana, o «Senhor PESC», durante o Conselho Europeu de Laeken. O homem que veio de secretário-geral da NATO para dar credibilidade à política externa europeia parece cansado, será do excesso de trabalho ou da falta de poderes efectivos?

A reforma institucional da UE foi um dos temas mais discutidos em Laeken, mas os avanços, como sempre, parecem insuficientes dada a necessidade de encontrar soluções aceitáveis para as diversas sensibilidades nacionais, problema que se agravará com o alargamento. Um exemplo das limitações colocadas por esta dificuldade ficou claro na impossibilidade de se chegar a um acordo quanto à distribuição das sedes de uma série de novas agências da UE.

dos direitos de cidadania, incluindo daqueles que não são cidadãos comunitários, por outro.

As medidas que têm suscitado mais atenção pública são, sem dúvida, as que se prendem com a luta contra o terrorismo. Neste domínio, os vários Estados-membros da UE aprovaram uma definição comum do que constitui um acto terrorista (incluindo níveis mínimos e máximos de sanções e medidas de protecção das vítimas) e criaram um quadro legal que clarifica a responsabilidade pela persecução de actos terroristas, admitindo a possibilidade de um Estado membro se declarar competente para perseguir um acto terrorista cometido no território de outro Estado membro.

2002 será igualmente o ano em que a nova organização de assistência e aconselhamento jurídico no domínio da investigação de crimes transfronteiriços, a Eurojust, ficará completamente operacional. A harmonização legislativa no que toca às políticas de asilo e migrações, controlo fronteiriço e tratamento de cidadãos terceiros dentro do espaço comunitário deverá também avançar, embora não se espere

para tão cedo um acordo final quanto a estes temas.

A política europeia de defesa

Quando os chefes de Estado e de Governo da UE anunciaram, na primeira de Laeken, a operacionalidade para gestão de crises da força de reacção rápida europeia, constituída por 60.000 soldados, ficou por responder a pergunta mais importante: quais as prioridades de segurança e defesa a que esta força deverá fazer face? Qual, no fundo, o contributo que a UE pretende dar, no domínio da segurança e defesa, para o mundo post-11 de Setembro?

Algumas pistas foram, contudo, já dadas, e 2002 será um importante teste à capacidade de desenvolvimento da política da UE neste domínio.

A vontade política, evidenciada pelos líderes europeus (incluindo os dos Estados membros neutrais) no último Conselho Europeu de Laeken, em participar activamente na força multinacional para a manutenção da paz no Afeganistão mostra o que poderá ser a orientação da UE nes-

te domínio, isto é, o envolvimento em missões com uma componente militar nas quais os Estados Unidos não estejam presentes de forma significativa. Se isto se aplica a uma região distante geograficamente como é o caso do Afeganistão, deverá ser ainda mais claro quando se tratar de crises nas periferias da União.

Em termos operacionais, 2002 será também o ano em que a UE deverá criar as condições para que a força de reacção rápida se encontre preparada, já a partir de 2003, para levar a cabo todo o tipo de missões de gestão de crises, incluindo missões de peacekeeping e peacemaking. O desenvolvimento de estruturas de consulta e cooperação com os países que não são membros da União Europeia mas que pertencem à NATO é também fundamental para garantir a articulação entre as duas organizações.

Alargamento

2002 será sem dúvida um ano decisivo no que toca ao alargamento. Espera-se que um grupo de países conclua as negociações de adesão iniciadas em Março de 1998, constituindo um importante sinal político das mudanças que se avizinham na construção europeia. Nesse grupo de países deverão estar certamente o Chipre, a Hungria, a Eslovénia, e a República Checa, na medida em que estes são os candidatos que, até à data, fecharam um maior número dos trinta capítulos em discussão. Por razões políticas, espera-se que a Polónia (o maior dos candidatos) se junte a este grupo e acelere a sua negociação.

Durante a presidência espanhola do primeiro semestre de 2002 terá início a redacção dos tratados de

adesão e no Conselho Europeu de Bruxelas, em Outubro, a Comissão Europeia apresentará as suas recomendações quanto aos países candidatos em condições de se tornarem membros em Janeiro de 2004 – se todos os actuais candidatos (pouco provável), dez candidatos (ficando de fora a Bulgária e a Roménia), ou apenas um grupo reduzido de países que concluem as negociações durante 2002.

O fechar de um processo de aproximação às instituições europeias iniciado há mais de uma década, constituirá, para os países candidatos, uma enorme vitória política, tendo em conta que a aposta europeia moldou fortemente os seus processos de transição para a democracia e para a economia de mercado.

A perspectiva de finalizar as negociações com alguns candidatos não significa que, neste domínio, 2002 será um ano fácil. Pelo contrário, os dossiers propositadamente deixados para o fim são igualmente os mais complexos: agricultura, política re-

gional e assuntos financeiros e orçamentais. Outro aspecto complexo e altamente polémico, o das perspectivas financeiras da União após o alargamento, deverá ser deixado de parte das negociações e será retomado apenas em 2006, aí já com a participação dos novos membros do Centro e Leste.

Os Balcãs

Em Maio de 1999, logo após a retirada das tropas sérvias do Kosovo, a UE, juntamente com outras organizações regionais, adoptou um Pacto de Estabilidade para os países dos Balcãs (Albânia, Bósnia-Herzegovina, Croácia, Macedónia e Jugoslávia). O objectivo era, por um lado, dar apoio político e económico a uma região afectada por dez anos de conflitos armados e, por outro, oferecer, a longo prazo, a possibilidade de adesão à União. Trata-se, no fundo, de uma iniciativa de política externa que visa alargar às regiões

limítrofes o espaço de paz e prosperidade que a UE constitui.

Apesar de alguns avanços, nomeadamente a assinatura de acordos de estabilização e associação com a Macedónia e com a Croácia, os líderes europeus concordam que o Pacto necessita de um novo fôlego político e da revisão dos seus mecanismos, sem o qual será impossível garantir a evolução pacífica da região. Promover ainda mais a cooperação regional, apoiar a reconstrução das instituições civis e dar sinais claros da vontade de integrar os países balcânicos no seio da União, são as prioridades para 2002. Por outro lado, a continuação dos esforços para garantir o respeito pelo acordo de paz entre as autoridades macedónias e os rebeldes albaneses deverá continuar a ser uma prioridade da política externa europeia e poderá, num cenário de crise, ser um teste à recém adquirida capacidade militar da UE. Isto numa região onde a acção da União se pautou pelo fracasso durante grande parte do pós Guerra Fria. ■



Os líderes da União Europeia e dos países do alargamento, durante a cimeira da UE que marcou o fecho da presidência belga, posam na estufa do palácio real de Laeken, à procura do sol que ilumine o bom entendimento mútuo? Na verdade, os sinais parecem pouco animadores. A Espanha, que assumirá a presidência da UE durante o primeiro semestre de 2002, já veio assinalar nuvens no horizonte da expansão da Europa dos 15. Este será, em todo o caso, um tema fundamental da agenda europeia do próximo ano.